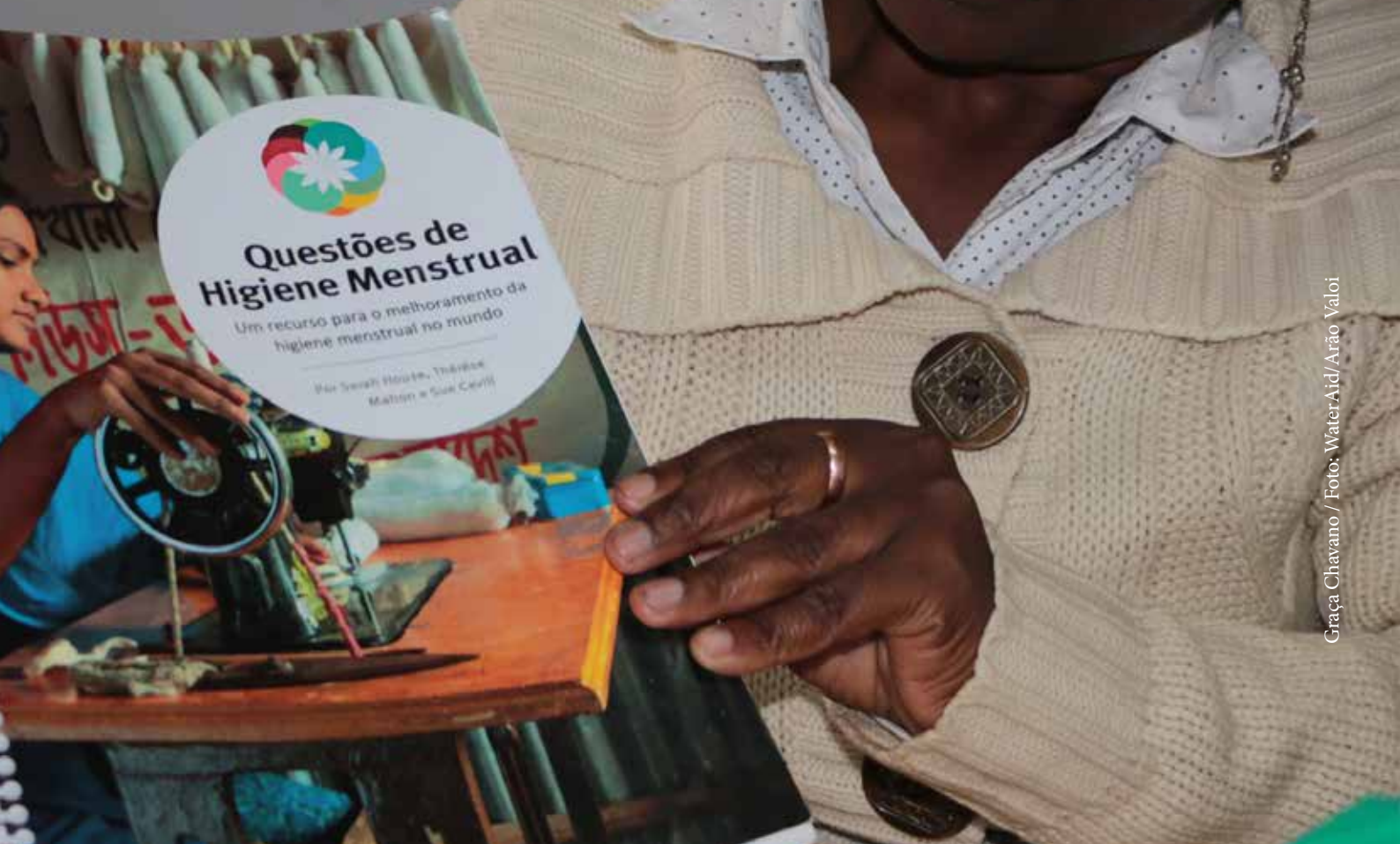




QUEBRANDO TABUS SOBRE HIGIENE MENSTRUAL



Gracia Chavano / Foto: WaterAid/Arão Valoi



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Latifa Cassimo, residente da comunidade de Camaculo, Posto Administrativo de Matibane, Nampula, mostra como lavar as mãos com água e sabão

A WaterAid é uma organização internacional sem fins lucrativos que, desde 1981, trabalha arduamente para que o acesso à água potável, sanitários decentes e boa higiene sejam uma prática NORMAL para todos, em todos os lugares.



1 em cada 9 pessoas no mundo não tem água limpa perto de casa. Estamos a colaborar com parceiros locais para encontrar a melhor solução para obter água limpa para cada comunidade a nível global.



1 em 3 pessoas no mundo não têm uma latrina decente por conta própria. Estamos a trabalhar com parceiros para ajudar a construir sanitários e treinar pessoas locais para mantê-los e garantir a sua continuidade depois da nossa intervenção.



A boa promoção da higiene é uma das formas mais eficazes de melhorar a saúde global. É por isso que apoiamos programas de educação em higiene em todos os nossos projetos.



Florêncio Marerua
Director Nacional
WaterAid

NOTA DO DIRECTOR

É com grande alegria que apresentamos a si, estimado leitor, a primeira edição da Revista “Nascente” referente a 2018. Entramos para este ano com a certeza de que em 2017, realizamos acções com grande impacto para as nossas comunidades, reconhecendo, porém, que temos a obrigação de fazer mais para que, de facto, consigamos garantir o acesso à água, saneamento e higiene para todos e em todos os lados.

Alias, esse é o nosso compromisso, desde que chegamos a Moçambique em 1995, onde a nossa contribuição neste ramo é altamente reconhecido pelo Governo e pelos parceiros do sector. Tendo como base os nossos orientadores estratégicos, fazemos tudo tendo como meta o alcance do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável Número 6 – garantir o acesso à água e saneamento para todos até 2030.

Para que isso seja possível, a WaterAid tem estado a implementar vários programas em diferentes províncias do País, nomeadamente, Maputo, Nampula, Niassa e Zambézia, mas, acima de tudo, a trabalhar no fortalecimento do sector de água e saneamento, liderando o Grupo Nacional de Água e Saneamento (GAS), melhorando, desta forma, a coordenação, harmonizando as intervenções e as

abordagens dos actores-chave do sector.

Imbuído desse espírito, a WaterAid aliou-se à Embaixada da Suíça, através da Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC) na organização da oitava sessão da Reunião Nacional do GAS que, em dez anos da sua existência, contou, pela primeira vez, com a presença dos administradores distritais e dos presidentes de conselhos municipais, para além de importantes figuras ligadas ao sector. Igualmente, realizamos a Reunião de Reflexão Social sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 6.

A WaterAid manterá a sua participação activa na Associação Plataforma Moçambicana de Água (PLAMA), onde faz parte do Conselho Directivo. A Plataforma foi criada para garantir a melhoria do ambiente de negócios e as oportunidades no sector de água e saneamento, para além de servir como um mecanismo para diálogo e participação estruturada do sector privado e da sociedade civil no desenvolvimento do sector, o que está alinhado com a estratégia da WaterAid em Moçambique.

Para terminar, gostaria de desejar um bom ano a todos. Que 2018 seja um ano coroado de muitos sucessos e de muitas realizações

Boa leitura

“

...esse é o nosso compromisso, desde que chegamos a Moçambique em 1995, onde a nossa contribuição neste ramo é altamente reconhecido pelo Governo e pelos parceiros do sector. Tendo como base os nossos orientadores estratégicos, fazemos tudo tendo como meta o alcance do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável Número 6 – garantir o acesso à água e saneamento para todos até 2030.

”

ÍNDICE



Nota do Director	3
Nota do Editor	4
Sobre a WaterAid Moçambique	5
Fórum de Reflexão Social sobre ODS - 6	6-7
PLAMA apela a um maior envolvimento do sector privado	8-9
Quebrando tabus sobre Higiene Menstrual	10-11
Município mobiliza Investimentos para implementar Plano Director de Saneamento e Drenagem	12
Digressão pela Água, Saneamento e Higiene	13
Análise	14-15
Mais de metade da População Mundial não tem acesso a saneamento básico	16
Workshop avalia primeiro ano de implementação e replanifica FCP	17
Sistema de Abastecimento de Água de Tinalene-Tchonissa	18
Capacitação anti-corrupção para colaboradores da WaterAid	19

NOTA DO EDITOR



Arão Valoi
Coordenador de comunicação

O leitor tem em mão a primeira edição de 2018 da Revista “Nascente”, editada e publicada pela WaterAid, organização cuja missão é transformar vidas, através da melhoria do acesso à água, saneamento e higiene para as comunidades.

Esta revista teve sempre como foco a divulgação, não só das acções levadas a cabo pela WaterAid no âmbito dos seus programas e projectos, mas também as actividades que têm estado a acontecer a nível do sector de água e saneamento.

Tratando-se da primeira edição do ano, é óbvio e consequente que busque fazer uma retrospectiva dos principais acontecimentos do ano passado, principalmente os que se registaram nos últimos meses de 2017.

É nesse âmbito que destacamos a realização, em Novembro último, da Reunião Nacional do Grupo de Água e Saneamento (GAS) e da realização da Reflexão Social sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6, ou seja, o de garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030.

Este fórum revestiu-se de grande importância, não só pelo facto de ter juntado vários parceiros de todo o País e ter contado com a presença permanente e moderação do Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete, mas acima de tudo, por ter sido a primeira reunião sobre os ODS a acontecer na região norte do País.

Também reflectimos em torno da Reunião sobre Drenagem e Saneamento, que teve lugar no Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), que serviu essencialmente para a mobilização de fundos para a implementação do Plano Director de Saneamento do Grande Maputo.

A nível interno, tratamos do *Workshop* de Avaliação do Primeiro ano do Projecto *Focussed Country Project* – FCP, que teve lugar em Nampula e que contou com a presença de membros do Governo a nível da Província, dos parceiros de implementação e da WaterAid UK. Através do FCP, a WaterAid pretende alcançar aquelas comunidades rurais pouco servidas com água, saneamento e higiene, demonstrando melhores e práticas inovadoras para aumentar a escala. A ideia é melhorar as condições de vida das pessoas mais vulneráveis através de acesso a serviços equitativos e sustentáveis de água e saneamento.

Porque este ano promete, mais assuntos serão abordados nesta nossa/vossa revista “Nascente”. Desejamos boa leitura e, acima de tudo, um 2018 recheado de sucessos e prosperidade.

“Esta revista teve sempre como foco a divulgação, não só das acções levadas a cabo pela WaterAid no âmbito dos seus programas e projectos, mas também as actividades que têm estado a acontecer a nível do sector de água e saneamento”.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: WaterAid Moçambique | **Direcção:** Florêncio Marerua | **Coordenação, Edição e Redacção:** Arão Valoi
Design e Maquetização: Ponto Design
Endereço: WaterAid Moçambique, Bairro da Polana Cimento “B”, Rua Carlos Albers 67, Maputo, Moçambique
Telefones (+258) 21421437/39/43 ou (+258) 844605326 | www.wateraid.org
Facebook: <https://www.facebook.com/wateraidmoz>

ALCANÇAR TODAS AS PESSOAS EM TODO O LADO

A WaterAid está em Moçambique desde 1995 e o seu contributo para o sector de Água, Saneamento e Higiene (WASH na sigla inglesa), é altamente reconhecido pelo Governo e pelos intervenientes do sector. Tudo o que a WaterAid faz, é determinado por um compromisso em atingir o objectivo de Desenvolvimento Sustentável Número 6 até 2030 – assegurar o acesso à água e saneamento para todos.

OS NOSSOS ORIENTADORES ESTRATÉGICOS

Os nossos orientadores estratégicos definem a nossa cultura e unem-nos através de muitos países em que trabalhamos. São o próprio cerne da WaterAid: quem somos, o que fazemos e como fazemos.

VISÃO



Um mundo em que todas as pessoas, em todo o lado, têm água segura, saneamento e higiene

VALORES



- Respeito
- Responsabilização
- Coragem
- Colaboração
- Inovação
- Integridade

MISSÃO



Transformar as vidas das pessoas mais pobres e mais marginalizadas, melhorando o acesso à água segura, saneamento e higiene

ONDE ACTUAMOS?

A WaterAid em Moçambique está, neste momento, a implementar três principais programas (veja figuras) e nas províncias indicadas no mapa ao lado.



OS NOSSOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

A WaterAid Moçambique definiu a sua Estratégia Nacional para o período de 2016 a 2021. Para conseguir a mudança transformadora que se pretende, a organização centrar-se-à nos seguintes três objectivos:

Fortalecer a capacidade dos cidadãos e de outros agentes para compreender e exercer os seus direitos à água, ao saneamento e à higiene, influenciar a implementação das políticas e a responsabilização que proporcionem serviços de água, saneamento e higiene equitativos e sustentáveis

Fortalecer a todos os níveis o sector de WASH, com especial ênfase nos distritos e autarquias locais, para assegurar mecanismos de prestação de serviços equitativos e sustentáveis

Influenciar os intervenientes em vários sectores a todos a todos os níveis, para que reconheçam e promovam a mudança de comportamento de higiene e saneamento como fundamental para o desenvolvimento humano

SITUAÇÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO EM MOÇAMBIQUE

De acordo com o relatório do *Joint Monitoring Program*, de 2017, apenas 47% da população tem acesso básico à água. Em Moçambique, 68% da população vive nas zonas rurais, onde apenas 32% tem acesso à água. Na área urbana, 79% da população tem acesso básico à água. O WASH não é um sector prioritário e, em 2015, apenas obteve 1,5% do total do orçamento daquele ano.

FÓRUM DE REFLEXÃO SOCIAL SOBRE ODS-6 DISCUTE GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO

O Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete, orientou, em Novembro último, na Cidade de Nampula, o Fórum de Reflexão Social sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 – garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos até 2030. O Fórum foi organizado pelo Governo, através da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e com apoio da WaterAid e da Embaixada da Suíça, através da Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC), e tinha como objectivo contribuir para uma cultura de cidadania activa através da criação de espaços de diálogo participativo entre o governo, a sociedade civil e o sector privado na monitoria dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O evento decorreu sob o lema “Juntos por uma gestão sustentável da água e saneamento para todos – Agenda 2030”, e contou com a presença de mais de 150 participantes.

Para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 6

MOÇAMBIQUE PRECISA DE AUMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS E DE INVESTIMENTOS PRIVADOS PARA O SECTOR DE ÁGUA E SANEAMENTO

Moçambique vai precisar de um aumento significativo de recursos públicos e de investimentos privados para o sector de água e saneamento, caso queira atingir, até 2030, o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6.

Falando durante a Reflexão Social sobre o ODS -6, a primeira a acontecer no norte do País, Charlotte Duncan, Representante-Adjunta do DFID em Moçambique, disse citando dados financeiros reportados pelos parceiros de cooperação e agências multilaterais, que o País precisa de pouco mais de 4 mil milhões de dólares americanos até 2029 para poder atingir o objectivo 6 dos ODS. De acordo com ela, de 2012 a 2022, foi assumido um compromisso de pouco mais de 50 mil milhões de meticais, sendo pouco mais de 23 mil milhões para gestão de recursos hídricos e o remanescente para abastecimento de água e saneamento.

“O compromisso para os anos 2018 até 2022 é de pouco mais de 40 mil milhões”, disse ela. Fazendo uma breve retrospectiva da evolução do financiamento ao sector de água e saneamento, Charlotte Duncan fez notar que entre 2009 a 2017, a contribuição dos recursos externos para o sector cresceu de forma significativa, tendo representado 80% do total dos fundos disponibilizados.

A participação mais notável feita pelo Governo registou-se entre 2014 e 2015, quando atingiu respectivamente 36% e 32% do orçamento ao sector. Porém, nos outros anos, esta participação tem sido fraca, acontecendo o mesmo em relação ao financiamento através do fundo Comum/PRONASAR.

Duncan referiu, porém, que o País não só precisa de angariar mais fundos, mas



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Participantes do Fórum de Reflexão Social sobre os ODS-6

também de gerir os recursos hídricos de maneira responsável e sustentável, colocando os recursos humanos com as competências adequadas, optar pela boa governação e transparência na gestão dos recursos naturais e financeiros, apostar nas parcerias com o sector privado e apostar na inovação tecnológica.

“...o País precisa de pouco mais de 4 mil milhões de dólares americanos até 2029 para poder atingir o objectivo 6 dos ODS”, Charlotte Duncan, Representante-Adjunta do DFID em Moçambique”

Para atingir um segmento maior da população

“É NECESSÁRIO INCREMENTAR OS INVESTIMENTOS EM MAIS DE 70%”

O Governo de Moçambique, através da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) entende ser necessário incrementar os investimentos em mais de 70% do valor actual disponibilizado para o sector, para que se possa atingir maior número da população. Nilton Trindade, Director Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento indicou que, actualmente, para a área de saneamento do meio, o investimento público ronda numa média anual de 68,7 milhões de dólares contra 209 milhões de dólares para o abastecimento de água.

“Cerca de 75% do investimento em infra-estruturas de água provem do sector público



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Nilton Trindade, Director Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento

(empréstimos, subvenções, assistência técnica), com forte dependência dos parceiros de desenvolvimento”, referiu ele, para acrescentar que “os investidores do sector privado ainda estão pouco retraidos pelo perfil de risco relativo”.

Na ocasião, o dirigente apelou à necessidade de complementariedade em investimento em infraestruturas de armazenamento de água para viabilizar o abastecimento de água urbano; de apostar-se em soluções de abastecimento de água resilientes às mudanças climáticas; e em soluções inovadoras para melhorar a quantidade e a qualidade das infra-estruturas de saneamento nas zonas rurais.

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

“CRITÉRIOS DE MONITORIA CONJUNTA NÃO OLHAM PARA O FIM EM SI”



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Angelina Xavier, UNICEF

Para fazer o acompanhamento da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e depois os ODS foi criado, em 1990, o Programa de Monitoria Conjunta (Joint Monitoring Programme - JMP), cujo objectivo é de monitorar, a nível global e regional os progressos dos ODM - abastecimento de água, saneamento e higiene e os progressos das metas 6.1 e 6.2 dos ODS. A JMP aplica metodologia comum para todos os países e usa dados baseados nos inquéritos nacionais e dados sectoriais ou resultantes de monitoria de rotina. Entretanto, existem critérios de monitoria que foram estabelecidos, os quais, segundo Angelina Xavier, do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), “não olham apenas para o fim em si, ou seja, o abastecimento de água ou saneamento, mas também para outros elementos considerados de grande importância”.

Enquanto o grosso da população não tiver acesso à água limpa, saneamento e praticar boa higiene

MOÇAMBIQUE NUNCA ESTARÁ LIVRE DA POBREZA EXTREMA

O Director Nacional da WaterAid, Florêncio Marerua disse que o Fórum Social de Reflexão sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 6, em Nampula, além de ser um marco importante para da luta convista ao acesso universal de água e saneamento para todos até 2030, é também uma demonstração do reconhecimento por parte de todos os actores, de que o nosso País nunca estará livre da pobreza extrema enquanto o grosso da população não tiver acesso à água limpa, saneamento e praticar boa higiene. Destacando importantes avanços no sector, “frutos do trabalho que tem vindo a ser realizado pelo Governo e pelos parceiros de cooperação”, Marerua salientou que “as importantes lições da reunião enfatizavam a necessidade da Agenda 2030 ser acompanhada por um sólido quadro de monitoramento para que possamos ter informações correctas em tempo real sobre o trabalho que cada um dos actores está a desenvolver”.

A WaterAid, juntamente com outras organizações da sociedade civil, engajou-se desde 2012 num processo de advocacia por um objectivo dedicado a Água, Saneamento e Higiene. Com experiência acumulada durante esses anos, entende que maior reforço deve ser dado, nomeadamente, na mobilização de recursos por parte do Governo, doadores e parceiros de implementação; na coordenação e integração inter-institucional ao nível do Governo e harmonia de políticas e programas por parte dos doadores e parceiros de implementação e na sustentabilidade - em que o Governo, doadores e os parceiros de implementação devem focar-se na mudança de



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Florêncio Marerua, Director Nacional da WaterAid

comportamento para melhorar a situação de água e saneamento, e maximizar os benefícios dos serviços e a sua sustentabilidade.

“*...as importantes lições da reunião enfatizavam a necessidade da Agenda 2030 ser acompanhada por um sólido quadro de monitoria para que possamos ter informações correctas em tempo real sobre o trabalho que cada um dos actores está a desenvolver*”



Foto: WaterAid/Árão Valoi

Encontro do lançamento oficial do PLAMA

PLAMA APELA PARA MAIOR ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO DO SECTOR PRIVADO

Durante o lançamento oficial da Associação Plataforma Moçambicana de Água (PLAMA), que teve lugar em Dezembro último, na Cidade de Maputo, foi abordado, entre outros, o envolvimento e participação do sector privado no campo de água e saneamento. Com participação do Governo, Organizações Não Governamentais (ONG's), Sector Privado e Instituições Académicas, a plataforma moçambicana de água funciona como uma rede de organizações que visa aumentar a performance e organizar o sector.

É entendimento dos participantes que os desafios relacionados com o sector de água em Moçambique necessitam de soluções integradas, que precisam de diferentes actores

de subsectores diversos. No entanto, a participação do sector privado no sector é tida ainda como fraca, daí o apelo para que condições sejam criadas para esse efeito.

No encontro sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 em Nampula, Judite Manhique, frisou em representação do PLAMA:

“Um maior envolvimento e participação do Sector Privado, é chave para o alcance das metas, pois não se pode falar de sustentabilidade de qualquer investimento ou provisão de serviços sem um sector privado local devidamente capacitado e pronto para responder as necessidades de forma continuada”.

Igualmente, ela disse haver necessidade de participação estruturada do sector privado em

actividades que até então são desempenhadas pelas entidades públicas: planificação, estratégia, investimentos, tendo em conta que os privados detêm capacidade e conhecimentos que podem ajudar a otimizar os investimentos, maximizando os seus benefícios.

Foi, aliás, nesse âmbito que esta reunião consistiu também na apresentação, pelo sector público, nomeadamente através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), Direcção Nacional de Água e Saneamento (DNAAS), Administração das Infraestruturas de Água e Saneamento (AIAS) e do Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), das oportunidades de negócio existentes neste sector e também do que o sector privado é capaz de oferecer em termos de soluções integradas.

DESAFIOS DA PLAMA

Foram apontados os seguintes desafios:

1. Realização de uma conferência anual de seguimento da conferência da PLAMA - 2015 onde foram identificados 15 desafios, alguns dos quais já endereçados na fase de projecto;
2. Organização de missões empresariais da PLAMA para os mercados relevantes, entre eles, Holanda, Brasil, Israel, Filipinas ou Portugal - com objectivo de desenvolvimento rápido do sector;
3. Garantia de mobilização de financiamentos adicionais para a implementação de programas de capacitação do sector privado
4. Criação de capacidade para mobilização de financiamento externo por parte do sector privado: identificação das fontes e criação de capacidade técnica de suporte
5. Fomento para o estabelecimento de Parcerias Público Privadas efectivas



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Plateia que liderou a cerimónia do lançamento oficial do PLAMA

ALGUMAS INTERVENÇÕES



Florêncio Marerua,
Director Nacional da WaterAid

“A WaterAid acredita no papel da Plataforma de Água, por isso, tem estado a dar o apoio incondicional. O nosso envolvimento nesta Plataforma, bem como nos outros fóruns, como o Grupo de Água e Saneamento (GAS) e no grupo de discussão sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 (SDG-6), é indicador dos valores, princípios e visão que a WaterAid tem para o desenvolvimento do nosso País”.



Fernando Pililão,
Embaixada da Suíça

“A responsabilidade das nossas intervenções no sector de água não deve ser limitada apenas ao sector público e privado. Há necessidade de incluir a participação das comunidades, para garantir a legitimidade das nossas operações. Caso contrário, estaremos a cometer os mesmos erros do passado”



Pedro Pimentel,
Gestor Técnico de WASH WaterAid

“É preciso encorajar o sector privado a entrar no negócio de água e saneamento. Para o caso das áreas urbanas, isso pode ser feito através da operacionalização das posturas municipais e é relativamente fácil. Mas a mesma situação já não acontece nas zonas rurais, onde o caso é mais sério devido a vários factores, nomeadamente os financeiros e culturais”.

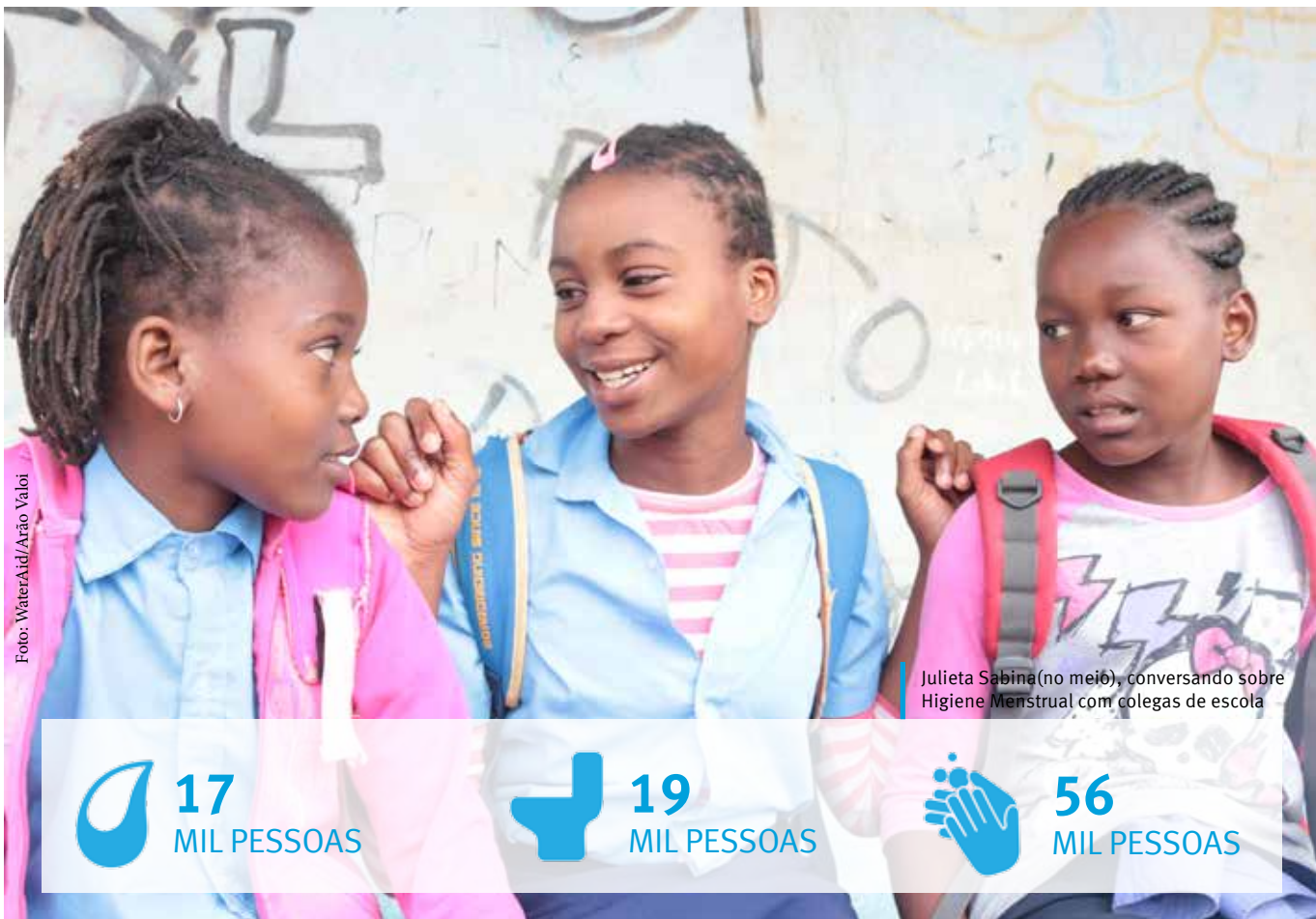


Foto: WaterAid/Arão Valoi

Julieta Sabina (no meio), conversando sobre Higiene Menstrual com colegas de escola

17
MIL PESSOAS

19
MIL PESSOAS

56
MIL PESSOAS

QUEBRANDO TABUS SOBRE HIGIENE MENSTRUAL

Falar abertamente sobre higiene menstrual em algumas partes de Moçambique é ainda um desafio enorme. O assunto está rodeado de tabus e, por isso, não é suficientemente abordado. É considerado “tema vergonhoso”, por isso, tratado com “alguma timidez” por parte de muitas meninas em idade menstrual. Quando o tema de conversa é menstruação, estas preferem fazê-lo em ambiente restrito, com pessoas de grande confiança. Na comunidade e nas escolas, a situação é a mesma. Nas escolas públicas, o cenário é agravado, principalmente, por falta de acesso à água – fundamental para a higiene no geral e, acima de tudo, no período menstrual – e de infra-estruturas sanitárias adequadas para conferir privacidade para que as meninas se sintam à vontade para mudar o penso menstrual.

Para quebrar esses tabus em torno de higiene menstrual, Julieta Sabina Gimo Cuambe, menina de 11 anos de idade e aluna da quarta classe na Escola Primária Completa de Beluluane, Distrito de Boane, trabalha arduamente para sensibilizar as colegas da escola e amigas da comunidade sobre menstruação. Julieta faz parte de um grupo de pouco de mais de 30 alunos daquela unidade de ensino, que

integram o Clube de Saneamento Escolar, cuja missão, entre outras actividades, é consciencializar os alunos sobre a importância do saneamento do meio e da higiene pessoal e escolar. Julieta é residente em Beluluane e percorre cerca de uma hora para chegar à escola. Em casa e na escola, tem condições básicas de higiene e saneamento, diz ela, que reconhece existirem pessoas que não conseguem ter as mesmas condições.

“No nosso núcleo, tratamos de higiene menstrual, pessoal e escolar. Ensinamos aos colegas e as pessoas da comunidade que há cuidados especiais para o nosso corpo, como tomar banho, escovar os dentes e, às meninas, informamos que quando estão de período, devem trocar de penso pelo menos três vezes por dia”, explica ela.

Na falta de penso convencional, o núcleo de saneamento da escola recomenda o uso de panos, desde que contenham algodão. “O pano deve, porém, ser lavado a cada duas horas, posto ao sol para secar e engomado para que não contenha nenhum micróbio”, continua ela. Julieta Sabina e o seu núcleo tem o apoio incondicional da Directora da Escola, Graça Chavano para quem “o envolvimento dos alunos nesta iniciativa é importante porque

ajuda-nos a conciliar a teoria a prática”.

A temática sobre menstruação no ensino em Moçambique é leccionado ainda no ensino primário, na disciplina de ciências naturais. Para a Directora da Escola, as palestras, os teatros e os outros eventos de sensibilização que são organizados no âmbito da iniciativa, têm o condão de mostrar, na realidade, como devem ser os cuidados a tomar quando o assunto é menstruação e outro tipo de higiene corporal”.

PENSOS SUSTENTÁVEIS NA ESCOLA PRIMÁRIA DE MABANJA

Os esforços para quebrar os tabus sobre a menstruação estendem-se à Escola Primária Completa de Mabanja, mais a sul de Boane. Aqui encontramos quatro meninas empenhadas nesta e noutras temáticas ligadas ao saneamento e higiene. Trata-se de Inocência Manuel, 13 anos; Maria Vasco, Yolanda Osvaldo e Angelina Issufo, estas últimas com 12 anos e todas alunas da Sétima Classe. As quatro, fazem parte do Clube de Saneamento Escolar para a Produção de Pensos Sustentáveis. Trata-se de absorventes de produção caseira, feitos a partir de panos de algodão e acessíveis para todos os estratos sociais.

“

No nosso núcleo, tratamos de higiene menstrual, pessoal e escolar. Ensinamos aos colegas e as pessoas da comunidade que há cuidados especiais para o nosso corpo, como tomar banho, escovar os dentes e, às meninas, informamos que quando estão de período, devem trocar de penso pelo menos três vezes por dia”,

Julietta Sabina Gimo Cuambe

”



Alunas do Clube de Saneamento Escolar na EPCde Mabanja

“Cortamos um pano de algodão à medida certa, dobrámo-lo, colocamos um plástico e cosemos manualmente, com uma agulha”, explicam as quatro meninas, em uníssono. Elas acrescentam que os pensos sustentáveis são vantajosos porque podem ser usados várias vezes, desde que sejam bem conservados, lavados e engomados. Igualmente, não acarretam custos elevados como os convencionais. Este núcleo é também composto por 30 elementos e cada membro produz um penso uma vez por semana.

“

No passado, tínhamos apenas dois poços a céu aberto que eram usados para a captação de água e eram utilizados baldes para transportar água para os diferentes sectores do hospital. A água não era suficiente para os doentes que procuram esta unidade. Com a construção deste Sistema, podemos dizer que a WaterAid nos ajudou bastante nesta componente de água”,

Xavier Vilanculos

”

PARTE DOS ESFORÇOS DA WATERAID



Saneamento na EPC 7 de Abril

Os dois clubes de saneamento escolar são parte do esforço da WaterAid, em parceria com a Ukula, na promoção de boas práticas de higiene naquele ponto do País. A WaterAid pretende despertar a consciência da sociedade em relação a necessidade de cuidados específicos sobre a higiene menstrual, comunitária, escolar e nos centros de saúde. Do mesmo modo, a organização promove o acesso a água e saneamento.

A WaterAid entende que a falta de água e de instalações de saneamento adequadas para a privacidade das meninas tem contribuído para o absentismo escolar, resultando daí o fraco aproveitamento escolar por parte de muitas meninas em idade menstrual, uma vez que são obrigadas a faltar às aulas durante cerca de cinco dias, tempo médio de duração do período.

“Muitas escolas não apoiam os adolescentes ou professoras na gestão da higiene menstrual com dignidade e sabemos que os alunos permanecem na escola por uma média de 5 horas por dia. Não havendo estas condições, torna-se difícil que consigam continuar nas aulas”, explica Cinthia Costa, Coordenadora de Advocacia e Campanhas da WaterAid.

Foi, aliás, pensando nisto e noutras consequências que, naquele ponto da Província de Maputo, a WaterAid está a implementar, desde Novembro de 2014, o Projecto “Lissima Lavu Basisi” que consiste em acções que visam, não só a disponibilização de água e saneamento nas escolas, comunidades e centros de saúde, mas também a educação das comunidades locais sobre as boas práticas de higiene. Através deste projecto, a organização beneficiou cerca de 17 mil pessoas com água, cerca de 19 mil com saneamento e pouco mais de 56 mil com mensagens sobre boas práticas de higiene, em 12 comunidades, tendo igualmente, formado os clubes de saneamento escolar, mencionados anteriormente.

No que se refere à água, a WaterAid concluiu uma rede de água comunitária em cinco comunidades, nomeadamente Umpala, 25 de Junho, Radio Marconi, Eduardo Mondlane, Marien Ngoabi, e Saldanha. Também instalou o sistema de captação de águas pluviais, doptado de um sistema de caleiras para aproveitamento

de água de chuvas de tectos dos principais edifícios, seguidamente canalizada para uma cisterna de betão construída para este fim, no Centro de Saúde de Mulotana, que beneficia cerca de 200 pessoas que visitam esta unidade sanitária.

“No passado, tínhamos apenas dois poços a céu aberto que eram usados para a captação de água e eram usados baldes para transportar água para os diferentes sectores do hospital. A água não era suficiente para os doentes que procuram esta unidade. Com a construção deste Sistema, podemos dizer que a WaterAid nos ajudou bastante nesta componente de água”, afirma Xavier Vilanculos, Director do Centro de Saúde de Mulotana.

A tecnologia de captação de águas pluviais foi igualmente desenvolvida nas escolas primárias de Beluluane, Juda e Jonasse, como solução alternativa à falta de água potável nestas escolas, visando demonstrar modelos alternativos de solução de falta de água em escolas.

Ainda em conexão com esta tecnologia, foram construídos pontos de abeberamento de água em quatro escolas, a saber: Nelson Mandela, Mahubo 14; 7 de Abril e Beluluane, beneficiando um total de cerca de seis mil estudantes.

Também foram construídos blocos sanitários inclusivos em três escolas, um centro de saúde em Nelson Mandela, Mahubo 14, 7 de Abril e Centro de Saúde de Mulotane.

Na Escola Primária Completa 7 de Abril, por exemplo, o Director-Adjunto Pedagógico, Artildo Nhabeto disse que “comparativamente aos tempos passados, estamos muito melhor em termos de acesso à água e ao saneamento”.

Artildo frisou que as comunidades circunvizinhas já tem água por perto e as crianças em idade escolar já não tem como faltar as aulas para ir tirar água como acontecia no passado. “Para nós isto é muito importante porque, além de ajudar na promoção da saúde a nível da escola, contribui para melhorar o aproveitamento pedagógico”

Ainda no âmbito do projecto, cerca de 3 mil latrinas familiares foram construídas, o que fez com que mais de 18 mil pessoas tivessem acesso ao saneamento melhorado.



MUNICÍPIO MOBILIZA INVESTIMENTOS PARA IMPLEMENTAR PLANO DIRECTOR DE SANEAMENTO E DRENAGEM



Foto: WaterAid/Arão Valoi

Participantes da Conferência sobre Drenagem e Saneamento

SANEAMENTO PRECÁRIO NA CIDADE DE MAPUTO

A situação de saneamento em Maputo é descrita como sendo “precária”, já que a actual rede de esgotos está limitada a apenas 10% da área da cidade e, mesmo essa rede, está obsoleta, sendo operada de forma ineficiente. Cerca de 90% da cidade, que conta com cerca de 1.5 milhões de habitantes, dos quais mais de metade vive nas áreas peri-urbanas, está dependente de tecnologias de saneamento descentralizado (realizado no local). Cerca de 30% da população tem um saneamento inseguro.

Estes configuram-se “desafios enormes” tendo em conta os compromissos que o País assumiu em relação ao Objectivo de Desenvolvimento Sustentável número 6 – o qual prevê uma cadeia de fornecimento sustentável para o saneamento, desde a geração até a eliminação/reutilização para permitir a classificação como saneamento seguro, pode-se considerar que 100% da população urbana de Maputo utiliza, de facto, saneamento não seguro.

A reunião de saneamento decorreu sob o lema “Município de Maputo rumo ao saneamento universal” e teve ainda uma exposição sobre tecnologias de saneamento, onde participaram vários parceiros do CMCM.

O Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM) está a mobilizar investimentos para a implementação do Plano Director de Saneamento e Drenagem aprovado pela edilidade em Março de 2017, cujo orçamento representa um “grande desafio para os cofres municipais”. Esta informação foi revelada por David Simango, Presidente do CMCM à margem da Reunião sobre Drenagem e Saneamento que teve lugar em Maputo, em Novembro último.

Para isso, o CMCM espera um compromisso por parte dos seus tradicionais parceiros na matéria, nomeadamente o Banco Mundial, Fundo de Desenvolvimento Japonês, Cooperação Italiana, Wsup, Acra e WaterAid, para além de tentar atrair outros parceiros não tradicionais, incluindo o sector privado. De igual forma, o CMCM vai continuar a priorizar o saneamento nos orçamentos municipais “embora ainda longe de serem adequados aos desafios existentes”, tal como comentou David Simango.

Uma das medidas que o CMCM pretende introduzir já em 2018 é a taxa de saneamento, um valor simbólico a ser pago pelos munícipes da Cidade, como forma de contribuir para o orçamento do Plano.

O Plano Director de Saneamento e Drenagem é especificamente para a área metro-

politana de Maputo, abrangendo as cidades de Maputo e Matola, parte do Município de Boane e o Distrito de Marracuene. A implementação deste plano vai até 2040 e está dividido em quatro fases: 2016-2020; 2021-2025; 2026-2030 e 2031-2040.

É percepção das autoridades municipais que “o documento representa uma oportunidade para reverter a precária situação de saneamento nestes locais, já que as soluções que propõe visam, nomeadamente, reforçar a capacidade dos serviços municipais para assegurar o funcionamento sustentável das infra-estruturas urbanas, garantindo a saúde pública, a segurança e o ambiente; promover a gestão ambiental, para assegurar a resiliência da área metropolitana de Maputo aos riscos relacionados com os impactos das mudanças climáticas; disponibilizar directrizes para a construção das intervenções necessárias e investimentos prioritários, bem como assegurar infra-estruturas sustentáveis de drenagem e saneamento, assim como para a gestão de cheias.

“Até ao presente momento, temos alguns parceiros que tem demonstrado interesse em financiar parte dos projectos prioritários identificados no plano e outros que já iniciaram com o financiamento de alguns projectos”, disse o Presidente, referindo-se os parceiros tradicionais.

DIGRESSÃO PELA ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE

George Wright, Robert Blyth, Eugen Constantinescu, Ovidiu Petrisor e Marian Amarieri são cidadãos singulares residentes em Londres, Reino Unido, que apoiam a causa da WaterAid – de garantir água potável, saneamento adequado e higiene para todos em todo o lado. No âmbito da sua digressão para África,

edição 2018 (inclui países como África do Sul, Lesotho, Tanzania, Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Botswana e Namíbia) para angariar fundos para apoiar a WaterAid e sensibilizar as pessoas em todo o mundo sobre a importância de Água, Saneamento e Higiene, visitaram um dos nossos projectos urbanos em Boane, Província de Maputo.

Com satisfação, viram em Tinalene (Boane) comunidades radiantes com a chegada de água e famílias a adoptarem práticas sustentáveis de saneamento e higiene, fruto do esforço da WaterAid.

A WaterAid Moçambique está profundamente grata pelo esforço feito por este grupo de apoiantes.



Apoiantes da WaterAid durante a visita ao Projecto Urbano em Boane. Fotos: WaterAid/Arão Valoi



ALVES Nhairire
Coordenador de
Planificação, Monitoria,
Avaliação e Relatórios

Os benefícios e desafios do uso das TICs no processo de monitoria pós-implementação (PIMS) para garantir eficiência e sustentabilidade dos sistemas hídricos: Experiência de Moçambique

Contexto

Num mundo em rápido desenvolvimento tecnológico, torna-se incontornável o uso da tecnologia no processo de implementação de projectos e programas com vista ao desenvolvimento social e humano. As TICs afiguram-se, desta forma, como um aliado importante, pois, permitem uma rápida difusão e gestão de informação relativa aos programas de desenvolvimento.

Comparativamente aos dados processados e guardados em papel, os dados digitais são de acesso fácil, processados com dispositivos com os quais os gestores interagem todos os dias, permitindo a criação de políticas motivadas com potencial de aumentar a capacidade dos protagonistas locais que partilham a ambição final de salvar vidas, facilitar a colaboração entre diversos sectores, melhorar a provisão de serviços e melhorar os métodos actuais e emergentes de monitoria e avaliação (WaterAid: 2016).

O inquérito de indicadores múltiplos de 2008 indica que somente 43% da população tem acesso a água potável, a situação nas zonas rurais é mais crítica do que nas zonas urbanas, de forma que apenas 30% das zonas rurais tem acesso a água potável (UNICEF: 2013). Dados actualizados indicam uma cobertura nacional de cerca de 52% e 37% para zonas rurais (JMP: 2015).

Em contrapartida o Plano Estratégico de Água e Saneamento 2006-2015 indica que em Moçambique cerca de 40-50% das obras de abastecimento de água no meio rural em cada ano são reabilitações, mostrando a baixa sustentabilidade das fontes dispersas (MOPH: 2007).

É dentro deste contexto que a WaterAid também assumiu o mesmo compromisso e um dos passos dados foi o desenvolvimento da estratégia para o período 2016-2021, na qual foram estabelecidas metas e indicadores que ao longo dos anos serão alvo de uma monitoria constante, nesta ordem estabeleceu-se o PIMS como uma das propostas metodológicas para uma monitoria dos projectos implementados.

O PIMS é uma metodologia adoptada no âmbito da implementação da estratégia de 2011-2016 e foi na necessidade de procurar entender a causa da variação dos sucessos e impactos dos vários projectos e programas em implementação a nível global que inspirou o

WaterAid a implementar o processo PIMS em toda a organização (HINDS e NHAURIRE: 2014).

O PIMS procura acima de tudo providenciar informações relevantes para a análise da sustentabilidade das intervenções ao longo dos tempos. Deste modo, permitirá que os gestores dos programas e os demais interessados tenham evidências sobre a eficácia da abordagem e para melhorar a qualidade da implementação dos projectos. Foi na base desta abordagem do PIMS que a WaterAid decidiu pilotar o uso da tecnologia de colecta de dados móveis para aumentar a eficiência, economizar o tempo e minimizar o erro humano. Inicialmente, a abordagem foi implementada com recurso a um software. Porém, o mesmo mostrava-se oneroso e tinha uma gestão de dados centralizada e decidiu-se o seu abandono e em substituição foi introduzido o mWater.

O que é e como funciona o mWater

O mWater é uma ferramenta livre que permite a recolha e análise de dados não só para água e saneamento, mas para as demais componentes e temas de pesquisa em áreas de interesse social. Em termos de benefícios, o mWater permite resolver muitos desafios do processo de Monitoria e Avaliação no sentido em que permite enviar e receber informação de forma muito rápida, é de fácil uso, permite o rastreio dos dados e melhora a qualidade dos mesmos.

Lições Aprendidas e Desafios do uso das TICs para o PIMS

Lições aprendidas

O processo de levantamento de dados iniciais ao nível dos distritos abrangidos pelo PIMS permitiu que estes estivessem dotados de uma base de dados electrónica actualizada sobre os sistemas de água disponíveis ao nível dos distritos, o que permite aos distritos ter uma fonte de informação para uma melhor planificação e gestão das fontes; A integração do PIMS nos planos dos projectos permite um maior envolvimento dos oficiais dos projectos no processo, partindo do treinamento, recolha e verificação de dados. Como resultado, o processo de verificação de dados pode ser mais rápido do que o esperado;

O modelo de banco de dados de inventário indica claramente os indicadores-chave relevantes para o PIMS, pelo que é importante fazer-se um levantamento de base e a defini-

ção dos principais indicadores que se pretende monitorar antes de se realizar a recolha massiva de dados. Uma recolha de dados massiva não garante acesso a informação sobre a sustentabilidade das fontes de água, mas sim a capacidade de análise e produção de gráficos e mapas ilustrativos sobre o estado da funcionalidade ou não das fontes avaliadas,

Desafios

A qualidade da rede móvel sobre tudo nas zonas rurais resultou em dificuldades de criação de sites em algumas comunidades visitadas. Os sites são relevantes no processo de recolha de dados pois é por meio deles que o inquérito é preenchido;

Moçambique assiste uma massiva expansão de redes sociais (Ex facebook, whatsapp, Instagram) pelo que muitas vezes os inquiridores usaram os telefones providenciados para a recolha de dados para consultarem as suas contas das redes sociais, o que exigia de nós um maior controle de telefones;

Conclusões

Para o acesso a dados sobre a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água precisa de um sistema de monitoria eficiente e eficaz para que em tempo útil possa providenciar informação relevante para a tomada de decisão. O exercício do PIMS permitiu que a WaterAid Moçambique tivesse uma actualização da sua base de dados das infra-estruturas construídas ao longo dos tempos incluindo o estado da sua operacionalidade, níveis de cobertura, dados sobre os níveis de satisfação dos serviços as comunidades, dados sobre as contribuições dos utentes e também dados sobre a qualidade de água, elementos essenciais para a análise da sustentabilidade das infra-estruturas de água em zonas rurais em particular.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas JMP (2015). *Progress on Drinking-Water and Sanitation. 2015 update and MDG assessment*. Disponível em: http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2015_webEng.pdf
HINDS, NHAURIRE (2014). *Monitoring and sustaining services – lessons learned from WaterAid's post-implementation monitoring surveys and the use of information and communications technology*. Paper apresentado no simpósio internacional de Água e Saneamento. Adis Abeba MOPH, (2007). *Plano Estratégico do Sector de Água e Saneamento Rural*. DNA. Maputo.
UNICEF (2013). *Relatório sobre o Saneamento Básico no Mundo*. Nações Unidas.
WaterAid (2011). *Sustainability framework, WaterAid*. London, UK. Disponível em: www.wateraid.org/documents/plugin_documents/sustainability_framework_final.pdf

1. Sites são locais que pretendemos monitorar ao longo do tempo, em cada site que criamos o mWater atribui um único código



Cíntia Costa
Coordenadora de
Advocacia e Campanhas

Violência doméstica: ÁGUA COMO UM FACTOR DETERMINANTE

O presente artigo tem como objectivo fazer uma reflexão sobre as implicações do Acesso a Água na Violência Doméstica, ou seja, procura analisar de que modo o problema de acesso à água em Moçambique e, em particular, na Província da Zambézia, pode contribuir para elevação das taxas de violência contra a mulher. Neste sentido, trago a situação actual da província no que tange ao acesso à água por um lado e, por outro lado, a situação da violência contra a mulher.

A-priori, é difícil fazer a ligação entre Água e Saneamento e Violência contra a Mulher. Quando se fala da violência contra a mulher, associa-se de imediato a violência física, psíquica e sexual, sendo as mais reportadas. Mas, a temática da violência contra a mulher vai muito mais além da noção empírica que é conhecida, podendo ela ser observada sub diferentes ângulos. Neste sentido, com esta apresentação procuro explorar a variável água e saneamento, que na minha óptica, poderá constituir uma novidade.

Para esta discussão, vou tomar a violência doméstica como sendo todo tipo de violência que é praticada entre os membros que habitam um ambiente familiar em comum. Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue (como pais e filhos, irmãos, primos), ou unidas de forma civil (como marido e esposa).

Dados indicam-nos que a Província da Zambézia é a segunda mais populosa do País com mais de 5 milhões de habitantes de acordo com os dados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação divulgados pelo INE em 2017 e as mulheres representam a maior taxa da população da Província.

Ao olharmos para questões de violência contra a mulher em Moçambique, surge-nos a priori nomes de algumas organizações moçambicanas que tem se destacado na prevenção de violência com destaque para o Fórum Mulher, WLSA entre outras organizações e ao nível do Governo, além do Ministério do Género, Criança e Acção Social surge-nos a imagem do Gabinete de Atendimento a Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica. No cômputo geral, os casos reportados tanto pelas Organizações da Sociedade Civil, assim como do Governo sobre a violência contra a mulher vão desde: i. agressão física contra a

mulher e a criança; ii. estupro; iii. casamento prematuro das raparigas e com a consequência de desistência nas escolas; entre outros aspectos. Associado a esta questão, a figura masculina surge sempre como o perpetrador, ou seja, o causador do mal.

Diante disto, duas questões se levantam: i. o Estado pode ou não ser um promotor da violência doméstica? ii. o acesso ou não a água pode ser ou não visto como factor multiplicador de violência doméstica?

O acesso a água é uma questão central no exercício do direito à saúde e à vida de maneira geral. Apesar do esforço do Governo, o acesso à água potável é ainda baixo, ou seja, só cobre 52% da população total, dos quais 37% estão no espaço rural e 63% no espaço urbano ao nível do país. Dos mais de 5 milhões de habitantes da Província da Zambézia, a Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (DPOPHRH) refere que 49.4% tem acesso à água potável, portanto, existem ainda desafios no acesso a água.

Aliado a estes desafios, a WaterAid sendo uma organização que trabalha no sector de água está preocupada com a violência doméstica contra a mulher e está preocupada em engajar as mulheres a gerirem o comité de água de forma sustentável.

Quando olhamos para a violência contra mulher no acesso à água, temos aspectos que não podemos deixar de fora e que devem ser de reflexão nos dias de hoje. Isto é, apesar de não trazer para debate de forma específica este assunto, o casamento prematuro afecta uma grande parte das crianças na Província da Zambézia, e é uma violação dos direitos das crianças. Penso que podemos aliar este aspecto ao acesso à mão-de-obra por parte do adulto violador. É importante notar que esta mão-de-obra infantil também serve para a provisão de água. As crianças não têm poder sobre os adultos, e em caso desta não prover poderá sofrer violência física, psicológica ou até mesmo económica.

A poligamia e a violência contra a mulher não poderão ser vistas, tomando algumas comunidades no sul do país por exemplo, como uma forma de aliviar o peso das múltiplas tarefas domésticas que recaem sobre a mulher incluindo a provisão de água?

Portanto, ao olharmos o acesso à água como

uma das formas de violência doméstica, precisamos prestar atenção aos seguintes aspectos e principalmente no espaço rural:

1. Distância percorrida para aceder a uma fonte de água:

- Nas relações de género, as mulheres e as crianças são as responsáveis por prover a água. Estas, muitas vezes, percorrem longas distâncias a procura de água. Se a distância percorrida passa dos 30 minutos a caminhar para locais remotos ou instalações onde podem ter acesso a água, estas podem estar em risco de assédio, agressão sexual e estupro. Neste caso, a violência sexual, pode levar a gravidezes não desejadas ou infecções transmitidas.

2. Ausência de fontes seguras de água:

- A falta de fontes seguras tem uma grande implicação na saúde das famílias e, precisamente, da mulher. Em caso de consumo de água imprópria, as crianças ou marido desta mulher que provém água podem ficar doentes, e é a mulher que cuida dos doentes da família. E qualquer mulher que tem o seu marido ou filho doente, de certo modo, tem stress que é um dos indicadores da violência psicológica.

3. Risco para aceder a uma fonte de água:

- As mulheres podem estar em risco para ter o acesso a água quando, por exemplo, tiverem que ir acarretar água num rio e serem atacadas por animais como crocodilos.

Diante disto, e em jeito de conclusão, temos a seguinte questão sobre de quem é a responsabilidade de garantir a existência de água em casa ao nível das zonas rurais e urbanas? O que é acontece quando este recurso não se encontra disponível em casa perante o responsável?

Em jeito de recomendações, e principalmente, para as zonas rurais, o governo e seus parceiros devem continuar a investir no sector de água, ou seja, construindo novas fontes de água, porque só assim, a taxa de violência doméstica pode ser reduzida.

MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO MUNDIAL NÃO TEM ACESSO A SANEAMENTO BÁSICO, DIZ ONU

Cerca de 4,5 bilhões de pessoas no mundo – bem mais da metade da população global actual de 7,6 bilhões de habitantes – não têm acesso a saneamento básico seguro, segundo relatório divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) nos meados do ano passado. Já a quantidade de moradores do planeta com algum saneamento básico é de 2,3 bilhões.

O documento das Nações Unidas indica ainda que o número de pessoas sem acesso à água potável em casa é de 2,1 bilhões em todo o mundo. Esta é a primeira vez que a OMS e o Unicef fazem um levantamento global sobre água, saneamento básico e higiene.

O director-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus afirmou que água potável, saneamento e higiene não deveriam ser privilégios apenas daqueles que vivem nos centros urbanos e nas áreas ricas. Para ele, os governos são responsáveis por assegurar que todos tenham acesso a esses serviços.

Desde 2000, quando foi lançada a agenda dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio, bilhões de pessoas ganharam acesso à água potável e saneamento, mas esses serviços não garantem necessariamente o saneamento seguro, aquele que é ligado a uma rede de esgoto tratado.

Esse quadro gera doenças que podem ser mortais para crianças com menos de cinco anos de idade.

Todos os anos, mais de 360 mil menores morrem de diarreia, uma doença evitável. Já o saneamento mal feito pode causar cólera, disenteria, hepatite A e febre tifóide, entre outros problemas.

O director-executivo do Unicef, Anthony Lake, disse que ao melhorar esses serviços para todos, o mundo dará às crianças a chance de um futuro melhor. Em 90 países, o avanço na área de saneamento básico é muito lento, o que leva a crer que a cobertura universal não será alcançada até 2030, quando se encerra o prazo para cumprimento da Agenda 2030, que estabelece os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, que devem ser implementados por todos os países até aquele ano.

Em Moçambique, 12,3 milhões de pessoas (48% da população) não têm acesso a água segura e 19,8 milhões de pessoas (77% da população) não têm saneamento e higiene melhorados.



Foto: WaterAid

Muitas pessoas no mundo não têm acesso ao saneamento básico e não podem ficar felizes como esta senhora

LATRINAS COMPARTILHADAS

Dos 4,5 bilhões de pessoas sem acesso a esgoto tratado, 600 milhões têm que compartilhar uma casa de banho ou uma latrina com moradores de outras famílias. Já o número de pessoas que defecam a céu aberto é de 892 milhões. Devido ao aumento da população, essa situação tem crescido na África Subsaariana e na Oceânia. O relatório indica ainda que, em países que passam por conflitos, as crianças têm quatro vezes menos chance de usar serviços de abastecimento de água e duas vezes menos de ter o saneamento básico que crianças em outros países. Os serviços de água potável, saneamento básico e higiene são essenciais para que o mundo alcance o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as faixas etárias

WORKSHOP AVALIA PRIMEIRO ANO DE IMPLEMENTAÇÃO E REPLANIFICA O PROJECTO FCP



Foto: WaterAid/Árao Valoi

Sessão de avaliação do 1º ano e replanificação do projecto FCP

Volvido pouco mais de um ano de implementação do Projecto FCP (Focus Country Project), iniciativa da WaterAid nos distritos de Mossuril e Momba, na Província de Nampula, há entendimento generalizado de que, mesmo faltando um ano e meio para o seu término, os resultados alcançados estão visíveis.

Em Mossuril, por exemplo, o trabalho de perfuração para a construção de fontanários manuais está em curso, havendo indicações de furos que apresentam um rendimento médio dentre 5 a 7 metros cúbicos por hora. Trabalhos visando o reforço da capacidade institucional do Governo a níveis provincial e distrital também tiveram o seu início. Igualmente, foram treinados associações e activistas, importantes vectores para transmissão de mensagens em matéria de água e saneamento ao nível das comunidades, entre outras actividades.

O FCP é um projecto que pretende construir 24 furos de água, sendo metade em Mossuril e outra metade em Momba. Igualmente, tem como meta construir 12 sistemas de água, seis dos quais em Momba e outros seis em Mossuril. Pretende também recuperar 30 furos de água inoperacionais nos dois distritos. Estima-se que todas as infra-estruturas beneficiem pouco mais de 52 mil pessoas.

As informações foram avançadas durante

o Workshop de avaliação do primeiro ano de implementação do FCP e a replanificação das actividades para o período que ainda resta. O evento decorreu em Nampula, de 27 de Novembro a 1 de Dezembro de 2017.

Com duração de três anos, o Projecto teve início em Outubro de 2016 e está orçado em cerca de 3 milhões de libras. A WaterAid pretende, através do FCP, alcançar aquelas comunidades rurais pouco servidas com água, saneamento e higiene, demonstrando melhores práticas inovadoras para aumentar a escala. A ideia é melhorar as condições de vida das pessoas mais vulneráveis através de acesso a serviços equitativos e sustentáveis de

água e saneamento.

A organização acredita que modelos e práticas sustentáveis de implementação de serviços de água e saneamento demonstrando como os serviços de WASH podem ser desenvolvidos, com boas chances de durabilidade, é possível alcançar os objectivos do projecto.

Igualmente, pretende reforçar a capacidade das instituições que tem a responsabilidade de garantir a implementação e manutenção de serviços de água e saneamento. Adicionalmente, o projecto vai estimular as comunidades a exigirem os seus direitos de WASH e envolverem, de forma mais activa, na discussão com os tomadores de decisões.



Foto: WaterAid/Árao Valoi

Richard Mwanza, falando durante o *Workshop* da avaliação do FCP

GESTOR DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE TCHONISSA-TINHALENE SERÁ SELECIONADO BREVEMENTE



Foto: WaterAid/Arão Valoi



Visita técnica multisectorial ao sistema de Abastecimento de Água de Tinhalene

O concurso público visando a selecção da entidade responsável pela gestão do Sistema de Abastecimento de Água de Tchonissa-Tinhalene, no Município de Boane, Província de Maputo, será lançado “o mais breve possível” para que a gestão seja adjudicada ainda no princípio deste ano.

O desejo foi manifestado pelo Presidente do Município da Vila de Boane, Jacinto Loureiro, durante uma visita técnica multisectorial efectuada ao local, a qual inclua o Município, a Direcção Provincial de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (DPOPHRH) de Maputo, a Wateraid e as autoridades locais.

Na ocasião, Loureiro disse que “a questão da gestão foi abordada com alguma profundidade entre os parceiros e terá de ser levada em conta para que até início de 2018, seja ultrapassada”. O processo de selecção da empresa para gerir o sistema já deveria ter sido concluído. Porém, dentre os vários actores públicos envolvidos, nomeadamente, o Governo do Distrito, o Município e o Governo da

Província, houve dificuldades na identificação do que seria responsável pelo lançamento do concurso.

“Neste momento, está a ser preparada a documentação para contratação de um gestor para este sistema. Será lançado o concurso, definido o caderno de encargos, avaliados os proponentes e as respectivas propostas. Depois disso, será negociado o contrato, assinado e começar-se-á o processo de gestão”, explica Moisés Mabote, Técnico do Departamento de Água e Saneamento na DPOPHRH de Maputo.

O Sistema em alusão foi financiado pela Wateraid que, para o efeito, investiu pouco mais de 15 milhões de Meticais na ampliação e adequação do antigo e inoperacional sistema de abastecimento de água de Tinhalene. Com a intervenção da WaterAid, aumentou a capacidade de reserva do centro distribuidor de 20 para 70 metros cúbicos de água, permitindo que o sistema esteja em condições de abastecer outros bairros, nomeadamente Chipapa e Muteve, totalizando um número de

beneficiários de cerca de cinco mil pessoas.

Igualmente, a Wateraid construiu 5 fontanários e cerca de 8 km de rede de distribuição. Para garantir que o sistema funcione dentro dos padrões aceitáveis, a WaterAid construiu também um centro de gestão, que compreende escritórios e sanitários, onde irá funcionar a empresa a ser seleccionada para a gestão do Sistema.

Tecnicamente, o Sistema compreende uma rede de distribuição, uma adutora, três furos equipados com electrobombas, um clorinador de 200 litros, com misturadora e bomba de injeção, uma torre metálica com capacidade para 50 metros cúbicos, um conjunto de 5 depósitos plásticos com capacidade para 20 metros cúbicos de água, três sistemas de painéis solares para a captação, com capacidade de 1050 kw para igual número de furos de captação de água, um sistema de painéis solares no centro distribuidor com capacidade para 900 kw, dez fontanários públicos, três ligações com torneiras no quintal nas duas escolas e um Centro de Saúde, dispositivos de operação e escritórios de gestão.



WATERAID CAPACITA COLABORADORES E PARCEIROS DE IMPLEMENTAÇÃO EM NORMAS ANTI-CORRUPÇÃO

A WaterAid Moçambique realizou, em Maputo, um treinamento sobre normas anti-suborno/anti-corrupção, tendo como objectivo garantir que os seus trabalhadores e os parceiros de implementação estejam conscientes, alinhados e complacentes com os requisitos do doador do Projeto Urbano de Boane no que se refere aos requisitos anti-corrupção.

O Projeto Urbano de Boane está, contratualmente, obrigado a cumprir as leis anti-corrupção nacionais e internacionais e, portanto, adoptou políticas que se aplicam a trabalhadores, contratados, parceiros de implementação e entidades relacionadas ao doador.

Kiven Katsika, Director de Recursos Humanos, Desenvolvimento Organizacional e

Administração, disse, citando exemplos, que o projecto está abrangido pelo “Bribery Act 2010 (UK)” e pelo “Corrupt Foreign Practices Act (US)”, normas que se aplicam a nível global. Igualmente, está sujeito a respeitar a Lei Lei nº 06/2004 de 17 de Junho, a Lei de Combate contra a corrupção em Moçambique.

Também falou sobre o impacto da corrupção para a organização, apontando o risco de reputação (danos à marca), sanções legais e regulamentares, legislação anti-suborno, custos operacionais, ética e integridade e também o impacto negativo sobre o número de pessoas com acesso a água potável, saneamento e higiene.

É, aliás, em conformidade com estas leis, que o doador proíbe a autorização, oferta,

doação ou promessa de bens de valor directa ou indirectamente a funcionários do governo para influenciarem uma determinada acção oficial ou a alguém para lhes induzir a realizar a sua missão de forma desleal ou de outra forma imprópria. Esta proibição também se estende aos chamados “pagamentos de facilitação” apesar de os tais pagamentos não serem ilegais ao abrigo das leis anti-corrupção num determinado número reduzido de países.

Por esse motivo, o doador espera que nenhum dos envolvidos no projecto autorize, ofereça ou prometa qualquer coisa de valor directa ou indirectamente (através de um agente, empreiteiro ou outro tipo de intermediário) a um funcionário do governo para influenciar uma acção oficial...”



A WaterAid é colaborativa e entende que a crise de água só pode ser resolvida com o envolvimento de todos, em todo o mundo. Na imagem, Emily Hugo, da WaterAid UK, de visita ao Distrito de Mossuril, Província de Nampula, testemunhou a situação dramática de falta de água que afecta as comunidades locais e mostrou que a nossa organização está disposta a colaborar.